



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE GUARANI:  
REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA GEOGRÁFICA**

Marjana Vedovatto  
vedovatto.marjana@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo visa apresentar algumas considerações acerca do território e territorialidade Guarani a partir da Geografia, buscando aliar aportes bibliográficos de outras áreas do conhecimento aliados à própria concepção Guarani sobre os termos, concepção essa extraída durante o trabalho de pesquisa de mestrado da autora acerca da demarcação de terra Guarani Mbyá de Mato Preto junto àquela comunidade. Nesse processo percebeu-se um conflito de concepções de território e territorialidade entre os Guarani, que tem uma visão imaterial, simbólica, cultural, ancestral e espiritual e a lógica moderno-colonial de demarcação de terras, baseada na propriedade privada e na materialidade do território, discussão essa presente na dissertação na qual suscitou-se esse estudo. Apresentaremos aqui algumas das concepções acerca do conceito de território e territorialidade, buscando apresentar aportes teórico-conceituais ao estabelecimento de uma concepção descolonial desses conceitos, a partir da perspectiva dos Guarani, colaborando na constituição de uma Geografia Indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território Guarani; Territorialidade Guarani; Geografia Indígena.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida ao longo do Mestrado, cujo tema esteve voltado ao estudo do conflito de territorialidades, envolvendo povos originários presentes na formação territorial do Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Especificamente, estudou-se o caso da comunidade Guarani de Mato Preto, abordando a sua retomada territorial e o processo de demarcação da Terra Indígena, focalizando aspectos que indicam uma sobreposição de territorialidades: a territorialidade colonial dos imigrantes descendentes de europeus sobre territorialidades indígenas, e conseqüentemente, havendo a ocorrência de configurações territoriais distintas e conflitantes. Considerando o conceito de território em seus diferentes aspectos, do material ao imaterial, bem como suas interações, é possível dizer que as ações e práticas que

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

compõe uma territorialidade moldam a composição e a relação com o território material. Ou seja, a dimensão material desse território, que precedia a colonização, apresentava características inerentes a territorialidade dos Guarani Mbyá, que por sua vez se desenvolveram a partir de práticas, experiências e conhecimentos acumulados milenarmente. Quando se inicia o processo de colonização sobre os territórios tradicionais presentes nessa área, no final do século XIX e início do século XX, os Guarani, bem como outras etnias indígenas e grupos Quilombolas, são expulsos de seus territórios para que se implante o modelo de propriedade privada alicerçado ao discurso de modernização, produtividade e branqueamento da população.

A partir disso, se tem uma resistência pela permanência no território por parte dos nativos, mas que paulatinamente vão sendo expulsos de inúmeras formas. Nesse momento, passa a ocorrer uma usurpação da dimensão material do território indígena pelo território da propriedade privada e da produção agrícola colonial. E assim, esta mesma porção de terra passa a adquirir novas funcionalidades, dando ao território uma nova configuração, agora sob "domínio" e "controle" de outra racionalidade e com outros valores de uso. Ainda assim, reconhece-se que os Guarani continuaram mantendo a sua *territorialidade* vinculada e remetente ao seu território tradicional, mesmo não tendo mais acesso a essa dimensão física e material.

Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. (HAESBAERT, 1999, p. 185-186).

Desta forma, podemos dizer que a territorialidade é ao mesmo tempo o resultado, a condicionante e/ou uma dimensão de um processo de territorialização ou de um território, além de “uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural” (HAESBAERT, 2007b, p, 23). Portanto, acredito que se faz necessário abordar os conceitos de território e territorialidade a partir de perspectivas indígenas, em Geografia, visando enaltecer as alteridades e diversidades existentes nas formações territoriais latinoamericanas, trazendo suas essências aliadas a descolonização cultural e epistêmica.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

---

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE GUARANI

Lançar o olhar para os diferentes entendimentos que se constroem sobre os conceitos de território e territorialidade é fundamental para compreender os diferentes aspectos que compõe as visões de mundo, em conjunto com suas práticas, atuações políticas e ambientais. Dentre os Guarani, se incluem como dimensões essenciais do território o imaterialismo, as subjetividades, a coletividade e a noção de integridade com a natureza. Por conta disso, procuramos aqui ampliar nossa discussão de território com base em estudos antropológicos já realizados que nos apontam, em síntese, o que viria ser os conceitos de território e territorialidade na visão Guarani Mbya, e que posteriormente, somados ao diálogo com os próprios sujeitos, nos deram a base para uma tentativa de aproximação dos nossos conceitos com as práticas territoriais indígenas.

Trabalhou-se, dentre outras bibliografias, com os trabalhos realizados por Mello (2001, 2007), cujas pesquisas foram realizadas concomitantes ao acompanhamento do processo de delimitação da Terra Indígena de Mato Preto. Para a autora, a concepção de território guarani está intimamente ligada aos “deslocamentos territoriais”, e ainda relacionando o território com a cosmologia e cosmogonia, “[...] constituindo sua forma de ver o mundo, de compreender sua origem e a criação das coisas que dele fazem parte. A concepção do território envolve também relações históricas e sociais a este associadas.” (MELLO, 2001, p. 44). E para além do território do grupo em si, ainda temos o território organizado em rede através de aldeias, “[...] que envolvem relações de parentesco e afinidade e de reciprocidade entre as famílias extensas, e a rede de circulação de conhecimentos e informações entre os grupos.” (MELLO, 2001, p. 45). Em concordância, Borghetti (2014), também afirma que o deslocamento é a base existencial do Guarani, e que esta prática está interligada a sua concepção de território e de territorialidade. Esta constante movimentação também está relacionada a uma evolução e aprimoramento do “viver ideal do Guarani verdadeiro”.

Para os Guarani, o deslocamento (*oguatá*) e a busca pela *Yvy Marae’i* (“Terra Sem Mal”) não só fazem parte da sua concepção de território “ideal” (*tekoá*)

Realização:



como também são a própria condição ideal buscada para o aperfeiçoamento de sua identidade (*tekó*). Nesse sentido, ao se deslocarem em busca de novos lugares (*tekoá*), estão vivendo e aperfeiçoando sua forma de ser/estar/viver no mundo (*nhanderecó*). (BORGHETTI, 2014, p.13)

Uma das categorias bastante recorrentes nas etnografias é a “terra de parentes”, que de acordo com (FREITAS, 2005, p. 157),

[...] são pontos distantes dentro de um território de pertencimento Guarani, incluindo distintos ecossistemas, mas que são por eles considerados enquanto totalidade em função justamente de serem conhecidos e habitados por sua gente, seus parentes.

Apontando para esta mesma direção, Borghetti (2014), explica que

Na atualidade, “a terra de parentes” demarca um território reconhecido pelas pessoas Guarani como originariamente seu, mesmo que não sendo de sua ocupação exclusiva, é um território reconhecido como milenar e sagrado, pois relaciona-se cosmologicamente com o local de criação de um povo, como é o caso do território Guarani. A percepção dos Guarani sobre seu território é dimensionada na vida cotidiana das pessoas através das histórias de seus antepassados recentes, de seus antepassados “antigos”, dos conhecimentos geográficos de rios, estradas e cidades, e fundamentalmente pelo reconhecimento das redes de parentesco que ligam as aldeias circunscritas neste espaço. O território Guarani, que ideologicamente, constitui-se através dos mitos e da cosmologia, onde a terra em que se mora tem papel fundamental, na prática, reafirma-se nos deslocamentos, através dos conhecimentos geográficos, ambientais e sócio-políticos sobre a realidade de seu território e das informações sobre os acontecimentos recentes das aldeias dos parentes, adquiridas nas redes de troca de informações formadas pela circulação de pessoas entre as aldeias. (BORGHETTI, 2014, p. 45)

Ainda de acordo com Mello (2001), para que possamos conhecer de fato a concepção de território para os Guarani, é preciso levar em consideração a “profundidade temporal e espacial deste território Guarani milenarmente construído. O território, para eles, não é entendido como algo vendável, nem exclusivo” (p. 47). Para eles, esta porção de terra é muito mais do que extrato material e a base para a plantação. Existem locais sagrados, onde subjetividade e materialidade se encontram. O território Guarani é definido como uma “porção de terra indivisível, que foi habitada pelos ancestrais, os “antigos avós” e invadida pelos “brancos” num passado remoto, da qual só restam pequenas áreas não tomadas pelos brancos, onde se pode viver dentro do modo tradicional de vida guarani” (MELLO, 2001, p. 47).

É preciso lembrar que quando falamos em território Mbya Guarani, estamos falando “da vida, do conviver, do modo de ser e do caminhar, que faz parte desse modo de



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

ser, do *Yvy Guatá* (Yvy = terra; Guatá = andar/caminhar) que é uma forma de viver, de livre circulação, assim como a ‘água que não para, como o sol como a lua.’” (PRINTES, 2015, p. 08). Ao tratar de uma dimensão mais concreta e “localizada” do território guarani, Souza (2008), fala que:

Na cosmo-ecologia Mbyá, a Região Platina se expressa em “quatro grandes unidades geográficas, que vão do interior do continente ao litoral atlântico: Yvy Mbité (centro do mundo – Paraguai); Para Miri (mesopotâmia Paraná-Uruguai, atual Província de Misiones, Argentina); Tape (caminho tradicional - parte oriental do rio Uruguai); Pará Guaçu (oceano Atlântico). (p. 23).

Ao longo desse território havia diversos *tekoá* dispostos e estabelecidos estrategicamente, favorecendo a mobilidade guarani. Segundo Ladeira (2008) “o Yvy Rupá é formado por incontáveis pontos de passagens, acampamentos e centenas de *tekoá* (aldeias) interligadas por redes de parentesco, implicando constante reciprocidade entre as famílias” (p. 08). Mesmo analisando nesta outra escala, também podemos verificar estes “núcleos” como um território não fechado e delimitado, que varia conforme as condições ambientais locais e que está passível de deslocamentos no momento em que este local não estiver mais atendendo as exigências ambientais, sociais ou espirituais de um *tekoá* íntegra. Porém, “nenhum espaço é abandonado definitivamente, já que em constante movimento os Mbyá tecem, constroem e modelam os caminhos por onde passam, manejando os recursos da biodiversidade que lhes servem de suporte físico e espiritual no mundo.” (PRINTES, 2015, p. 08).

Assim como a definição de território é diretamente relacionada a um tipo de ideologia ou cosmovisão que se baseia em subjetividades, espiritualismo e simbolismos, a noção de territorialidade também parece caminhar nesse sentido. De acordo com Borghetti (2014), “a noção de territorialidade reitera-se, é fortemente conectada à identidade (*tekó*) e está em constante transformação em prol da conquista de uma condição “mais perfeita de ser/ estar/ viver” (*nhande rekó*).” (p.12).

De acordo com Clastres (1978), a territorialidade guarani “desafia o poder público e as políticas demarcatórias. Os Guarani entendem toda faixa de extensão que vai desde Peru, Bolívia, Paraguai, litoral sul e sudeste do Brasil; da Argentina ao Uruguai, como suas terras, e o mar, como parte de seu território "original". (p. 60). Portando, as políticas demarcatórias atuais, na realidade, não dão conta de “remontar” o território guarani

Realização:



conforme sua territorialidade e identidade ancestrais.

A ideia de um território único e extenso, sem fronteiras e limites preestabelecidos, mas que posteriormente foi fragmentado pelo colonizador, é muito enfatizado em falas e no posicionamento político e histórico dos Guarani. Mesmo tendo um passado marcado pela expropriação territorial dentre outras violências, a busca pela “Yvy Rupá, ‘a terra onde pisamos, uma só terra’” (MORINICO, 2010 *apud*. PRINTES, 2015), ou seja, a retomada de seus territórios e o direito de viver conforme sua cultura continuam sendo o objetivo em comum deste povo.

Desse modo, mesmo assumindo a luta pela garantia de um território normativo, nas bases jurídicas de demarcação de terras contemporâneas, os Mbyá mantêm a perspectiva da “manutenção do seu mundo” Yvy Rupá. Apesar da situação de descontinuidade das atuais TIs garantidas pela União, o Yvy Rupa (território) dos Mbyá mesmo nestas condições é considerado um espaço de uso em construção não fragmentado, pois suas aldeias não sobrevivem isoladas uma das outras. O modo de vida Mbyá mantém uma dinâmica sociocultural que se desenvolve em toda sua dimensão territorial. Nesse sentido, a “configuração atual de um território como dos Mbyá-Guarani não é determinada por limites geográficos, mas pelas relações entre as aldeias” (LADEIRA, 2008, p. 97- 100).

De acordo com esta autora, “essa busca por unidade e autonomia denota uma resistência histórica do modo de ser Guarani, no qual a reciprocidade é uma premissa, e a troca, o bem estar social do outro preponderam nessas relações.” (Id., p. 60). A partir desses princípios e de um objetivo em comum, há uma outra forma de defesa do território, mais coletiva e integrada, que é reflexo de sua organização social que precede a chegada do europeu e a desestruturação de seus territórios originários. Nesse sentido, “o diálogo e a formação de um equilíbrio impulsionaram essas movimentações entre as aldeias. Trata-se de uma construção interna para reivindicar em um âmbito externo e extremamente complexo uma coerência com essa especificidade territorial” (BORGHETTI, 2014, p. 60). Ou seja, há uma circulação e uma complexa organização dentro da sociedade Guarani com finalidades diversas, dentre elas a de reciprocidade, troca de saberes e informações, afirmação identitária e cultural e uma consequente articulação política, sendo que “as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos Mbya no exercício de viver no seu mundo, o território Yvy Rupá (Yvy = terra/Rupá = assento e suporte), exigem estratégias em constante atualização.” (PRINTES, 2015, p.08).

A sociedade Guarani, para além de um grupo étnico que compartilha de uma



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

---

mesma organização social e cultural, é também uma das formas de resistência ao modelo hegemônico de racionalidade, judaico-cristão, ocidental, moderno e colonial. Portanto, buscamos abordar os principais elementos que nos dão indicativos de como se organiza este povo e como funciona sua forma de resistência, bem como o que é comum entre os Guarani, em especial Mbya e Chiripá, enquanto formas de vida, e de outros grupos nativos da América Latina. Para isso fizemos uma busca bibliográfica de informações e estudos já realizados vastamente pela antropologia, o que nos serve de base para pensarmos o território na concepção Guarani a partir de sua territorialidade, o que pode ser considerado, numa perspectiva epistêmica, como “anticolonial”. Neste caso, só é possível entender a dimensão material do território Guarani após entender a sua territorialidade.

Segundo Litaiff (2008), os Guarani constituem um dos grupos originários que mesmo tendo sido um dos primeiros povos a entrar em contato e intensamente explorados pelos colonizadores, conseguiram manter preservados importantes elementos de sua cultura e tradição, mesmo por muitas vezes se encontrando em situações adversas ao que são necessárias para compor o “mundo Guarani”. Em relação a isso podemos identificar uma relação muito importante entre a cultura Guarani e o seu meio. De acordo com Ladeira (2004),

A preservação da cultura está relacionada com o ambiente da região, com o "habitat natural" do povo Guarani, mas isso não significa só a sua relação com a biodiversidade. Aqueles que não fazem parte da cultura Guarani não conseguem enxergar e não podem dar muito valor para as coisas que os Guarani dão, como alguns tipos específicos de plantas, de frutas, e a própria caça da mata que tem seus próprios rituais, demandam o respeito por sua própria condição. (p. 53- 54)

A forma do ser Guarani é dificilmente compreendida fora de sua sociedade, principalmente por se tratar de uma vida que integra muitas dimensões, onde ocorre uma troca de valores e significados entre elas. Difere da sociedade que teve uma divisão ser humano-natureza em sua racionalidade e que passou a entender o mundo a partir da ideia de propriedade privada, o que também inclui a propriedade de recursos naturais, colocando-os assim como alvos da exploração desenfreada. De acordo com o modo de vida Guarani, as relações “desse conjunto dinâmico que reúne formulações herdadas e projetadas, onde mito e práxis se referendam mutuamente, faz com que essas sociedades construam continuamente o mundo e suas representações.” (LADEIRA, 2004. p. 52).

Realização:



Dessa forma, por vezes é dificultoso até para os próprios Guarani traduzir em palavras, e ainda, em uma língua que não é a sua, elementos subjetivos e que para eles são intraduzíveis.

Para os Guarani, falar de sua cultura, do conhecimento, é como se fosse um jogo porque, às vezes, quando estão falando estão ao mesmo tempo pensando em como e o que pode ser traduzido, porque os Guarani têm o conceito de que muitas coisas não se explicam, têm sentido muito profundo e diferente dos conceitos da sociedade dos brancos. E, assim, vão explicando aquilo que acham que pode ser útil ou que as pessoas que não fazem parte da cultura e da sociedade Guarani possam compreender. (LADEIRA, 2004, p. 63)

Segundo Melià (1986) referido por Mello (2001) sabe-se que “*tekó*, é o modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume. E o *tekohá* é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser Guarani” (p. 43).

[...] a terra, concebida como *tekohá* é, antes de tudo, um espaço sócio-político. ‘O *tekohá* significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani. Ainda que pareça um paralogismo, temos que admitir, juntamente com os próprios dirigentes guarani, que sem *tekohá* não há *tekó*. É ‘o lugar onde vivemos segundo nossos costumes.’” (MELIÀ *apud* MELLO, 2001. p. 43).

Os costumes que fazem parte do *tekó* estão relacionados diretamente com questões ambientais e que, inclusive, se caracterizam como técnicas avançadas desenvolvidas conforme a necessidade do lugar, como por exemplo, o manejo para preservação da biodiversidade. Com a mata preservada “havia, pode-se dizer, um pomar natural, o que não impedia os Guarani de plantarem e cuidarem de seus próprios pomares, porque, como parte da tradição, tiravam as mudas e levavam para os lugares onde já não encontravam mais os frutos.” (LADEIRA, 2004. p. 55). Além da preservação ambiental em função da segurança alimentar, há a questão das espécies, tanto de plantas como de animais, que fazem parte da confecção de artesanato e construções tradicionais, e ainda, as plantas, animais e locais sagrados, destinados a rituais espirituais e culturais. Podemos citar alguns exemplos, segundo Ladeira & Werá Tupã (2004), que demonstram o que estamos dizendo:

Quanto ao cipó *imbe* (*guembépi*) é também muito importante para os Guarani, pois é usado para amarração, sobretudo na construção de casa de rezas (*opy*), porque os antigos não usavam pregos, não usavam arame, não usavam nenhum material de construção da cidade para amarração, então o *cipó imbe* fazia parte

da construção da *opy* (casa de rezas). É uma espécie "sagrada" não por ser cipó, não por ser simplesmente cipó, mas, sobretudo, por seu uso, por ser considerado especial e próprio para fazer a *opy*. (p. 55-56)

Tudo isso nos demonstra que há uma ligação direta entre o *tekó* e a preservação do meio ambiente e do *tekoá* com as condições básicas à sua existência plena. Sendo o *tekó* o conjunto de todas estas práticas e que estas dependem de um *tekoá*, ou seja, de um local que apresente as condições necessárias inerentes a um equilíbrio natural do meio, não correndo o risco de haver ameaças de extinção. Além de uma marcante consciência ambiental, ainda há também um grande esforço pela preservação dos costumes e sabedoria guarani, direcionada principalmente aos mais jovens. Em depoimento, Werá Tupã (2004), liderança indígena, conta que diz aos mais novos: “[...] vocês têm que tentar fazer as coisas que fazem parte da nossa tradição, do nosso conhecimento, para não deixarem morrer, porque o mundo gira e um dia então esse conhecimento Guarani, será muito útil” (p. 62). Ou seja, há uma preocupação especial em passar o máximo possível dos conhecimentos ancestrais às crianças, o que é considerado um processo formativo do indivíduo dentro do mundo guarani, mas que é afetado pela exploração e devastação das matas, da caça predatória e a consequente inexistência de *tekoá*.

Hoje, existem animais que, na realidade, algumas crianças Guarani e até mesmo adultos jovens de 20, 25 anos nunca viram. Entre os Guarani mais novos, muitos nunca chegaram a conhecer, animais como queixada (*koxi*), cateto, anta (*mbore*), paca (*jaixa*), veado (*guaxu*), porque já não são mais encontrados nas matas. Isso acontece por causa da extinção das próprias matas. No sul, só os mais velhos lembram que, a 30 ou 40 anos atrás, eles caçavam e encontravam queixada (*koxi*). Porém, hoje, ficou só a história. (LADEIRA & WERÁ TUPÃ, 2004. p. 56-57).

Esta forma diferenciada de existir enquanto indivíduo demanda estratégias que garantam a sua manutenção, e isto inclui manter o meio ambiente preservado, pois é parte inerente de suas vidas. Todavia, Ladeira & Wera Tupã (2004) dizem que, mesmo a preservação ambiental sendo um assunto que vem sendo discutido dentro das aldeias, isso acaba se tornando menos frequente em função da demanda política que os Guarani enfrentam hoje pela democratização da terra e em busca da demarcação de seus territórios tradicionais. E ainda, o enfrentamento jurídico em busca de seus direitos originários, que na prática nem sempre lhes são garantidos e quando o são, é de maneira precária, principalmente pela demora nos processos, constituindo um dos principais fatores

acentuadores dos conflitos.

As intervenções dos brancos atrapalham muitas vezes. Assim, uma das coisas que se observa também, é que está havendo, psicologicamente para os Guarani, um sofrimento muito grande. Com suas proibições aos índios, às vezes os brancos pensam que estão ajudando a natureza, que a estão preservando. Mas só que os índios, muitas vezes, são mentalmente atingidos por muitas contradições, pois a política do homem branco atinge diretamente a tradição, o costume, tudo aquilo sobre o que o índio mais entende. (LADEIRA & WERA TUPÃ, 2004. p. 61)

Ou seja, ao verem como única saída em busca da sobrevivência de sua ancestralidade, conquistar o controle de seu território através do reconhecimento social de sua etnia e do processo de demarcação de terras, estes indivíduos se viram obrigados a “incorporar itens da sociedade envolvente, se adaptando em parte, mas preservando aspectos importantes de sua religião, organização social, língua e mitologia, sendo estas suas características mais importantes”. (LITAIFF, 2008. p. 117). Os Guarani têm a consciência de que sua situação ainda é grave, e de que necessitam de condições ambientais apropriadas para manter sua cultura. Com isso, após a Constituição de 1988, a luta Guarani se intensificou em busca de seus direitos. Dentre as principais pautas de luta encontra-se o direito a seus territórios tradicionais e as condições necessárias para sua sobrevivência e a reprodução de seu modo de viver de forma plena, e também pela valorização de sua história, cultura e papel na formação da identidade nacional brasileira bem como da própria população.

Ou seja, além de ser uma etnia marcante na história da formação territorial do país, e mesmo assim não tendo seus direitos de fato reconhecidos, os Guarani, ainda que tenham sua territorialidade baseada na vida ligada à natureza, à preservação de seus costumes e com uma dimensão espiritual xamânica marcante - o que indicaria uma proximidade com o esteriótipo da figura indígena, que então seria considerado e apreciado como se fosse um personagem quase que mitológico da cultura brasileira - na prática, acaba não condizendo com a realidade vivenciada por eles, marcada por ações de desrespeito, ódio e preconceito contra sua existência.

Dado o avanço da violência contra os indígenas, das políticas anti-demarcação perpetradas como estratégia moderno-colonial e da deterioração das suas condições de



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

---

vida, é necessário acabar com os impasses ocasionados por paralisações nos processos demarcatórios, bem como promover a atuação inter-institucional para que ocorram as indenizações e reassentamentos necessários aos ocupantes não-indígenas das suas terras, de acordo com as peculiaridades locais. Se faz fundamental a implementação de uma política de demarcação de terras que leve em consideração todo o contexto envolvido e garanta de fato a manutenção da existência dos modos indígenas de ser, viver e estar no mundo, aos quais têm na terra a sua essência e, no território, a possibilidade de se manter e se reproduzir nos dias de hoje, garantidos por mais de quinhentos anos de resistência anticolonial, condição já incorporada à sua territorialidade.

É no *Tekoá*, e graças a ele, que os indígenas repassam às suas crianças os ensinamentos herdados de seus avós, geração pós geração, e é a demarcação a ferramenta de que dispõem para que possam manter a sua cultura não só viva, como saudável. Para isso é necessário reunir as condições ambientais necessárias, dispostas pelos próprios, com base na oralidade dos seus ensinamentos, que são os únicos representantes da sua tradição, e não por documentos coloniais positivistas, tão distantes da sua realidade. A certeza que fica é que, mesmo com o massacre histórico a que foram e são submetidos, os Guarani resistem, nos mostrando, por um lado, não só a possibilidade de outras formas de existência e organização, mas também a urgência delas e, por outro, a profundidade das suas raízes no território.

## BIBLIOGRAFIA

BORGHETTI, Andrea. **Tekó, Tekoá, Nhanderecó e Oguatá**: territorialidade e deslocamento entre os Mbyá- Guarani. Dissertação de Mestrado, UNB 2014.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal**: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Mrur Jykre – a cultura do cipó**: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, UFRGS, 2005.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A  
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA  
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO  
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

---

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Identidades territoriais**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

LADEIRA, Maria Inês; WERA TUPÃ, Leonardo. **As condições ambientais do território Guarani**: implicações no modo de vida. Tellus, ano 4, n. 6, p. 51-63, abr. 2004, Campo Grande –MS, 2004.

LITAIFF, Aldo. **As Divinas Palavras**: identidade étnica dos Guarani-mbya. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. In: LITAIFF, Aldo. “Sem tekoa não há teko – sem terra não há Cultura”: estudo e desenvolvimento autossustentável de comunidades indígenas guarani. Revista Espaço Ameríndio, v. 2, n. 2, p. 115-123, Porto Alegre, jul./dez. 2008.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aata Tapé Rupÿ . Seguindo pela Estrada**: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá-Guarani no Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mbyá e Chiripá**: Identidades étnicas, etnônimos e autodenominações entre os Guarani do sul do Brasil. In: Revista Tellus, ano 7, nº 12, Abril de 2007.

PRINTES, Rafaela Biehl. **Território e territorialidade**: revisando conceitos diante da complexidade da sociodiversidade. Artigo apresentado ao V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: dados de participação. Unisinos, 2015. Disponível em: [repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario.../27-printes-territorio-territorialidade.pdf](http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario.../27-printes-territorio-territorialidade.pdf)

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre**. Em: FREITAS, A. E. de C.; FAGUNDES, L. F. C. (Org.). Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2008.

Realização:

